

A potência dos “despolitizados”

Resenha de:

HAZAN, Eric. *A dinâmica da revolta: sobre insurreições passadas e outras por vir*. Trad. Lucas Parente. São Paulo: GLAC, 2021.

Andityas Soares de Moura Costa Matos

Doutor em Direito e Justiça pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil).

Pós-Doutor em Filosofia do Direito pela Universitat de Barcelona (Catalunya). Doutor em

Filosofia pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Associado de Filosofia do

Direito e disciplinas afins na UFMG.





Entre os recentes lançamentos da GLAC, uma das mais interessantes entre as editoras independentes brasileiras, merece destaque *A dinâmica da revolta: sobre insurreições passadas e outras por vir*. Seu autor é Eric Hazan, editor da já lendária La Fabrique, casa editorial francesa que publica textos de grupos como o Comitê Invisível e ensaios próximos ao anarquismo e à filosofia radical. O livro é bem escrito e se deixa ler tranquilamente em uma tarde, dado que, por não ser filósofo profissional – que oximoro! –, o autor consegue algo tão raro nos dias de hoje: comunicar uma ideia.

O tema central do livro, como seu próprio título anuncia, são as dinâmicas revolucionárias. O autor nos apresenta, em pinceladas muito rápidas, mas repletas de detalhes interessantes, leituras sobre as grandes e as pequenas revoluções, indo desde a francesa de 1789 e a russa de 1917 até outras menos famosas, mas não menos ambíguas e certamente mais trágicas. Uma delas é a falhada revolução alemã, na qual o repugnante social-democrata Gustav Norko não hesitou em assumir o papel de carrasco dos comunistas e, secundado pelos *Freikorps* – grupos paramilitares similares às milícias bolsonaristas que estão surgindo no Brasil hoje –, assassinou Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht. Outro exemplo apresentado por Hazan de uma revolução que talvez tenha sido derrotada mais pelas lutas internas pelo poder do que propriamente devido à ação dos oponentes fascistas é a espanhola de 1936, que não foi propriamente uma revolução, mas uma reação contra a tentativa de golpe contra a república, ao final bem-sucedido, levado a efeito por Francisco Franco. Ainda mais do que no caso alemão, impressiona como os republicanos espanhóis, que congregavam sociais-democratas, liberais, comunistas, socialistas e anarquistas, foram manipulados no contexto das brigas e rancores internos maximizados pela União Soviética de Stalin, que certamente é a grande culpada pelo fracasso da república espanhola. Impressiona sobremaneira a estultice dos líderes republicanos, amedrontados por um temor reverencial ao *Komintern*, que se deixaram capturar nos jogos de poder russos e, enquanto Franco avançava cidade após cidade, estavam mais preocupados em caçar, prender e massacrar anarquistas e trotskistas, como Andreu Nin, líder do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) morto por comunistas fiéis à ditadura stalinista.

Mas Hazan não se limita a listar os fracassos das revoluções. O que importa notar é que os casos acima descritos – e muitos outros, como o da Comuna de Shangai e o da Comuna de Paris – mostram que os levantes insurrecionais têm pouca chance de sucesso se são cooptados por doutrinas, líderes, catecismos e estruturas representativas. Tal não se deve a uma suposta “maldade” ou egoísmo das vanguardas que, de fato, em alguns momentos do passado exerceram importantes papéis no cenário revolucionário – ainda que hoje em dia, conclui Hazan, isso seja impossível –, e sim porque a própria ideia de vanguarda é antirrevolucionária, eis que a insurreição só nasce de uma situação coletiva de insuportabilidade que não admite compromissos e medições de forças, métodos próprios de formações como o partido bolchevique, um dos principais personagens do livro.

Aqui caberia lembrar que a palavra “dinâmica”, que está no título da obra, vem do grego *dýnamis*, que se traduz como potência. É por isso que Hazan nos lembra a todo momento que não está interessado em analisar como se desenvolvem as revoluções, mas sim como começam, como e por que elas explodem, o que nenhuma vanguarda, nenhum intelectual orgânico do partido pode responder, dado que, na melhor das hipóteses, agirão junto com os revoltosos – visando quase sempre liderá-los – após a explosão revolucionária. É esse momento kairótico, esse instante infinitesimal e, por definição, imune à teorização, que interessa a Hazan. Trata-se, evidentemente, de um sinal dos tempos. Com efeito, se na primeira metade do século passado a pergunta que atormentava os revolucionários era a do *day after*, ou seja, como manter o ímpeto e o espírito insurgentes depois da explosão inicial, hoje a pergunta só pode ser, muito simplesmente, acerca da possibilidade de início de insurreições, pois a *dóxa* acadêmica, midiática, partidária e governamental nos tem subjetivado há décadas mediante a ideia absurda de que, como a história chegou ao fim, já não são possíveis revoluções.

Na verdade, já não são possíveis revoluções no estilo francês de 1789 ou russo de 1917, e não há nada de lamentável nisso, já que ambas, apesar dos inúmeros avanços que geraram, não saíram do campo gravitacional do poder separado, da representação e do Estado, tendo, mais cedo ou mais tarde, não apenas devorado seus melhores filhos, mas



preparado o caminho para o Estado liberal burguês e o “socialismo real” que gerou tantas subjetividades servis, idólatras e irrevogavelmente quebradas. Sabiamente, Hazan não se apresenta como futurólogo e não tenta conceituar as insurreições por vir, mas nem por isso deixa de afirmar que sim, elas virão; e sim, elas serão muito diferentes do que preveem as tradições da esquerda e do marxismo ortodoxo, sempre imbuídas do nauseabundo fedor hegeliano que a tudo pretende englobar. Nesse sentido, Hazan nega duas das ideias centrais dos órgãos “oficiais” da esquerda que se pretendem donos das revoluções (sindicatos, partidos, intelectuais e toda essa corja que sustenta que Stalin foi ruim, *mas...*): a noção de “relação de forças” e o patético diagnóstico de que hoje “as massas” já não são politizadas. No que diz respeito ao primeiro argumento, é preciso lembrar que toda revolução, exatamente porque é revolucionária e, portanto, contrária à ordem posta, é mais fraca do que os poderes instituídos. Se os complicados teoremas marxianos de “relações de forças” fossem aplicados no passado, jamais teríamos tido qualquer revolução, começando pela russa de 1917, claramente contrária a todos os dogmas do credo marxiano-vulgar. A genialidade de Lênin, não nos esqueçamos, foi ter sabido se livrar na hora certa dessas receitinhas e ter feito uma *aposta na imanência*, no concreto, no jogo. Já nos cansamos de ouvir os professores de revolução, sejam acadêmicos ou deputados, nos dizerem que não há condições objetivas para o levante. Ora, no mundo do capitalismo cognitivo, no mundo do Império (Antonio Negri) ou no mundo do outro nome que se queira dar ao inominável atual (Roberto Calasso), as condições objetivas são condições subjetivas, de maneira que a grande vitória do capital se realiza quando ele nos convence de que a revolução não é mais possível (já trabalhei este tema em meu *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade*, ao qual remeto quem se interessar pela discussão).

O segundo ponto é ainda mais fundamental, pois os mandarins da esquerda, em sua infinita arrogância, sustentam que “as massas” (sempre as massas!) hoje estão despolitizadas. Não há dúvidas de que o capitalismo neoliberal conta com poderosos dispositivos de (des)subjetivação para docilizar e comandar as pessoas, e isso não pode ser desconsiderado. Mas sustentar uma despolitização geral da sociedade só serve às esquerdas oficiais para legitimar sua falta de visão, seu pedantismo e, no fundo, seu amor

ao Estado, à propriedade e ao dinheiro. Elas estão prontas a criminalizar e a perseguir todas as ações inegavelmente políticas que se afastam de suas cartilhas colaboracionistas, medrosas e, no máximo dos máximos, reformistas. Não nos esqueçamos dos intelectuais orgânicos da esquerda brasileira – o comitê de saúde pública aconselha a não recordar seus nomes – que demonizaram e chamaram de terroristas os jovens *black blocs* e muitos outros que desceram dos morros para fazer o junho de 2013. Até hoje, a grande narrativa das esquerdas brasileiras – totalmente linear, banal e apimentada pelo ressentimento próprio de quem governou e exige a genuflexão das “suas massas” – sustenta que o desastre fascista em que vivemos só foi possível graças a junho de 2013, sem perceber que o fascismo cotidiano dormitava e se desenvolvia como um câncer em uma parcela francamente escravista da sociedade que, sentindo-se ameaçada pelas débeis políticas de equalização social da primeira década do século XXI, preferiu compor com o capital e os podres poderes das oligarquias financeiras, industriais e agrícolas. A esses ressentidos deveria ser lembrado o mote de Durruti, que nos ensinou que com o fascismo não se discute. O fascismo se esmaga. E é isso que os meninos e meninas de 2013 entenderam muito bem, sem, contudo, terem contado com qualquer apoio de seus “pais”, os quais preferiram entregá-los à truculência policial costumeira. Quem acha que a sociedade está despolitizada é normalmente o mesmo que se mija de terror diante de uma porta de vidro de um banco quebrada por manifestantes e que exige que tudo deve passar pelas “vias institucionais”. Estes, como dizia o Nazareno, são sepulcros caiados de branco. Puros por fora, mas repugnantes e cheios das mais horrendas porcarias por dentro. A eles não se dirige o livrinho de Hazan. Ainda que devessem lê-lo.